

# ***JUIZ FEDERAL PLANTONISTA VINCULA-SE AO PROCESSO CRIMINAL?***

---

**AGAPITO MACHADO**

*Juiz Federal da 4ª Vara - CE  
e Professor de Penal e Processo Penal da UNIFOR.*

Na Justiça Federal, em razão de atos internos (provimentos e instruções normativas), predomina o inusitado entendimento segundo o qual o *juiz federal de plantão*, ainda que se antecipe na prática de atos como decretação de prisão preventiva e/ou temporária, arbitramento de fiança, qualquer diligência que dependa de autorização judicial como violação de domicílio, do sigilo bancário e da comunicação telefônica entre outros, de que tratam os arts. 75 e 83 do Código de Processo Penal, *não se vincula*.

Estaria isso correto?

Sempre entendi que por mais bem intencionado que esteja um Tribunal em zelar pelos seus serviços, não pode ir de encontro à Lei e muito menos à Constituição Federal, especialmente no tocante a fixação de *competência* que envolve *juízo natural*.

Se é verdade o que ouço dizer nos Tribunais, ou seja, de que o Juiz brasileiro só tem compromisso com a lei constitucional e com a Constituição de seu País, *Juízo Natural que é manifestação de*

*competência judicial* é um direito constitucional/público/subjetivo do réu, queiram ou não os magistrados.

É a Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 5º, LIII prescreve, de verdade, "que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", o que vale dizer, essa autoridade judiciária não deve ser substituída, impedida, ou indicada posteriormente por ninguém, nem mesmo pelos Tribunais da República. Ela está previamente estabelecida.

No ano de 1991, em pleno exercício de minha atividade judicial, levei esse assunto ao conhecimento do eg. TRF da 5ª Região que, todavia, simplesmente citando provimento e instrução normativa internos, portanto, sem se aprofundar no exame de assunto tão relevante, limitou-se a manter a minha competência em processo que posteriormente veio a mim distribuído, mas que, antes, um colega havia nele se antecipado na prática de diversos atos processuais (determinação de prisões).

Vejam, pois, o caso constante dos itens 04 a 08 da sentença por mim proferida do Proc. nº 91.0009372-6, Classe 07000-Ação Penal, Autora Justiça Pública e Réus Nestor Padilha Vieira e outros *verbis*:

" .....

*04. Chanceladas as prisões pelo MM. Juiz Federal da 2ª Vara, o feito foi distribuído a esta 4ª Vara, o que ensejou fosse proferido o seguinte despacho "verbis":*

*"PRISÕES TEMPORÁRIAS E EM FLAGRANTE. PREVENÇÃO. CPP. ART. 83. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL E DO MAGISTRADO QUE, DE PLANTÃO, CHANCELOU AS PRISÕES PROVISÓRIAS."*

*01. Trata, a espécie, de delito de tóxico (Lei nº 6.368/76), havendo tráfico internacional. Há três prisões em flagrante ocorridas em Fortaleza e, por ordem do MM Juiz Estadual da 2ª Vara de Tóxicos, há 04 (quatro) PRISÕES TEMPORÁRIAS decretadas. Como as prisões em flagrante ocorreram em Fortaleza, que tem Vara Federal, é indiscutível a competência da Justiça Federal (art. 27 da*

*Lei nº 6.368/76, Súmula 522 do STF e Súmulas 54 e 254 do extinto TFR). Ademais, um Delegado de Polícia Federal teve sua prisão TEMPORÁRIA decretada pela Justiça Estadual. Por força de exceção de incompetência que o MPF deu entrada na 2ª Vara ESTADUAL de Tóxico, veio o presente processo para esta Justiça Federal.*

*02. De plantão, o eminente Juiz Federal da 2ª Vara, Dr. Paulo de Tarso Vieira Ramos cancelou e convalidou as Prisões Temporárias (fls. 63/64) dos acusados, então determinadas pela Justiça Estadual, incompetente, e após também homologar as prisões em flagrante, determinou fosse procedida a distribuição, nos termos da Instrução Normativa nº 04/90, da Corregedoria do eg. TRF da 5ª Região.*

*03. Distribuído, o feito veio a esta 4ª Vara.*

*04. É necessário se determinar, diante das leis processuais brasileiras, a competência dos Juízes, mormente em matéria criminal, pena de acarretar a nulidade dos respectivos atos, e contribuir, destarte, o Poder Judiciário, para a impunidade.*

*05. Desde quando ainda existia o extinto TFR, se entendeu que o Juiz de Plantão que decreta uma prisão preventiva, uma prisão provisória, conhece de um flagrante, arbitra uma fiança, não se vincula ao processo, o que foi seguido pela Corregedoria do TRF da 5ª Região, através da Instrução Normativa n. 04/90, que, em seu art. 32, dispõe, verbis: "O juiz plantonista determinará todas as providências processuais necessárias, não se estabelecendo, em qualquer caso, sua vinculação aos feitos, que deverão ser enviados ao Juiz Competente ou a distribuição, se se tratar de petição inicial, no primeiro dia útil imediato".*

*06. Todos os que fazem esta Seção Judiciária sabem de meu empenho, há muito tempo, desde que o atual Presidente era ainda Corregedor e esteve reunido conosco no Auditório deste prédio, quando da Correição, em*

*procurar convencer os eminentes Juizes do 2º Grau que tal Instrução Normativa 04/90 não pode subsistir diante de LEIS PROCESSUAIS.*

07. *Depois de muita batalha, resolvi, finalmente, enfrentar o assunto de modo concreto fazendo, desde 23.05.91, o ofício nº 221/91 (cópia anexa), ao Exmo. Sr. Dr. José Augusto Delgado, Corregedor Federal da 5ª Região, onde ali solicitei um reexame da Instrução Normativa 04/90, verbis:*

*"A despeito do que já dispõe o art. 8º do Ofício nº 029/CF-GAB, de 19.11.90 (o Juiz de plantão comunicará à Corregedoria os atos praticados durante o plantão), tomo a liberdade de concitar Vossa Excelência a reexaminar a circunstância de o Juiz poder se vincular no plantão, conforme razões que já lhe transmiti verbalmente bem como ao Dr. Hugo Machado."*

08. *Evidentemente que o acúmulo de serviço no eg. TRF da 5ª Região e na Corregedoria não ensejou a que fosse ainda reexaminado o assunto.*

09. *Sustento, há muito tempo, que o Juiz de plantão, porque participa de um sorteio anual, portanto, sem violação ao Juízo Natural, tem de se vincular ao processo quando, antes mesmo da distribuição (art. 75 e parágrafo único do CPP), pratica atos como decretação de uma prisão preventiva "strictus sensu", arbitramento de uma fiança, conhecimento de um auto de prisão em flagrante ou decretação de uma prisão temporária. É porque assim está muito claro em uma norma processual (CPP, art. 83) que não só não pode como não deve ser alterada ou invertida a sua finalidade, por atos administrativos dos tribunais, por melhores que sejam os propósitos do Judiciário.*

10. *O Judiciário não deve revogar uma lei que está em pleno vigor e é constitucional. Seria a intromissão de um Poder no outro, vedada pela Constituição. O Judiciário, através de atos meramente administrativos, de natureza tão só correcional, como é o caso da Instrução Normativa*

*04/90, não pode afirmar, validamente, que juiz prevento não é o competente para a ação penal, quando, a respeito da PREVENÇÃO, dispõe o CPP, em seu art. 83; verbis:*

*"Art. 83. Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa (arts. 70, § 3º, 71, 72, § 2º e 78 II c)".*

*11. O que diz a doutrina a respeito da competência por prevenção (art. 83 do CPP):*

*a) "1. Da competência pela prevenção. Por várias vezes tratamos, incidentalmente da prevenção, que significa antecipação. Diz Gabriel de Rezende Filho que, quando vários juízes são cumulativamente competentes para conhecer e decidir a mesma causa, fica com a sua jurisdição preventa aquele que, em primeiro lugar tomar' conhecimento dela. O velho Ribas, na sua 'Consolidação', já dizia que foro de prevenção é aquele do qual não se pode declinar para outro igualmente competente, por ter sido o primeiro a conhecer da causa. O nosso CPP, a respeito dispõe no art. 83: Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes com jurisdição cumulativa um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa (arts. 70, § 3º, 71, 72, § 2º e 78, II, c). Cumpre assinalar que, enquanto no cível o juízo só fica prevento com a citação válida, nos termos do art. 219 do CPC, na esfera criminal, como se vê do dispositivo citado, qualquer ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou queixa, já é suficiente para "prevenir" a jurisdição. Note-se que pela prevenção, naqueles casos singulares que a admitem, fixa-se não só o fôro como também se determina o juízo competente para a causa*

*criminal. Há, contudo, um caso em que a prevenção não fixa o fôro e sim apenas o juízo, haja visto o que dispõe o parágrafo único do Art. 75 do CPP" (FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO; Processo Penal. 2º vol. de acordo com a CF de 1988, Saraiva, 12ª ed., 1990, pág. 108).*

*b) "A mera justificação previne a jurisdição (ART. 509/420).*

*c) "Segundo Vicente de Azevedo e Magalhães Noronha a palavra prevenção vem do verbo prevenir, isto é, vir antes, chegar antes ou, numa palavra, a conhecer antes ou antecipar-se.*

*A prevenção se dá quando, tendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, venha um deles, antecipando-se aos outros praticar algum ato ou determinar alguma medida, mesmo antes de oferecida a denúncia (prisão preventiva, fiança) que o torne competente para o processo, excluídos os demais" (PAULO LÚCIO NOGUEIRA. Curso Completo de Processo Penal. 3ª ed., Saraiva, 1987, pág. 66).*

*d) "A prevenção, então, se verifica pela antecedência do conhecimento do caso por um dos juízes competentes; para isso, não se faz mister, seja perante o juiz oferecida a queixa ou a denúncia; basta que, relativamente à infração, ou a uma das infrações, quando seja caso de conexão ou continência, haja o juiz praticado qualquer ato do processo ou medida a ele relativa. Assim, as buscas e apreensões, a decretação da prisão preventiva ou a lavratura do auto de prisão e as medidas assecuratórias tornam preventiva a competência. A realização de qualquer ato de processo, a determinação de qualquer medida relativa ao processo, que os juízes da mesma jurisdição, com igual competência, praticarão naturalmente precedendo distribuição, veda a posterior distribuição da ação penal, porque já se firmou, previamente a competência do Juízo. Nada a acrescentar ao que dissemos do nº 197, supra, ao analisarmos o art. 75" (A*

*Competência por Prevenção: art. 83 do CPP, Darcy A. Miranda. Repert. de Jurisprudência do CPP n. 213 (documento anexo). Como se vê, praticado qualquer ato precedente à distribuição (quer dizer, antes da distribuição), ou seja, ' buscas e apreensões, decretação de prisão preventiva ou a lavratura do auto de prisão, e as medidas assecuratórias, tornam preventa a competência (Código de Processo Penal Brasileiro anotado por Espíndola Filho, vol. 2, pág. 146, comentário ao art. 83); Fica vedada a distribuição da ação penal ou inquérito, porque firmada preventivamente a competência do juízo.*

*e) "Competência por prevenção. Prevenção é ato de prevenir, e prevenir (de prevenire) é vir antes, chegar antes, antecipar-se etc. Diz-se, então, prevenida ou preventa a competência de um juiz quando ele se antecipou a outro, também competente, na prática de ato do processo ou de que a este se relacione, como sucede com a prisão preventiva, a em flagrante, as buscas e apreensões, o reconhecimento de pessoas ou coisas etc.*

*A prática desses atos impede a posterior distribuição dos autos de inquérito ou do procedimento efetuado, devendo, então, ser encaminhados ao juiz que praticou aqueles atos" (F. Magalhães Noronha, Curso de Direito Processual Penal. Saraiva, pág.52).*

*f) "Prevenção - diz VICENTE AZEVEDO - vem de prevenire, isto é, vir antes, chegar antes, que em direito significa o conhecimento anterior. Competência preventa ou prevenida é a anterior à outra.*

*Dá-se nos casos em que, com já vimos, houver dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, e um deles, antecipando-se aos demais, tiver praticado algum ato ou ordenado alguma medida no processo, mesmo antes do oferecimento da denúncia ou da queixa. Ocorre, assim, opção ou preferencialidade de competência, porque na realidade o juiz, da mesma forma que os outros, era competente, tendo-se apoderado da*

*autoridade para conhecer da questão em virtude de ter sido procurado antes. É o caso de decretação de prisão preventiva, de medida de busca e apreensão, de concessão de fiança, etc. Dada a urgência da medida, distribuir-se-á o respectivo requerimento (art. 75, parág. único) e, quanto a ação penal com que estiver o mesmo relacionado, far-se-á o registro da distribuição por dependência, uma vez que dito juiz preveniu, ou tornou preventa sua competência.*

*Casos típicos de medidas judiciais que previnem a competência são o da diligência de busca e apreensão no processo dos crimes contra a propriedade imaterial (ver II Parte, Cap. I) e a diligência policial (flagrante, p. ex.) requerida em crime de ação privada, cujos autos são distribuídos a uma das Varas competentes. A denúncia ou queixa oferecida posteriormente terá que ser distribuída, por dependência, por prevenção" (WALTER P. ACOSTA, O Processo Penal, Teoria, Prática, Jurisprudência e Organogramas. 16ª ed, 1984, pag/76).*

*12. Na Seção Judiciária do Ceará, todos os 7 (sete) Juízes são igualmente competentes, portanto, com jurisdição cumulativa em matéria criminal. Não há vara criminal privativa e se, de plantão, antes da própria distribuição, decreta o magistrado monocrático uma prisão preventiva "strictus sensu", arbitra uma fiança, conhece de uma prisão em flagrante ou decreta/chancela uma prisão temporária, está ele, indiscutivelmente PREVENTO para a ação penal. É o que está escrito com muita clareza no art. 83 do CPP. A distribuição, nos termos do art. 75 e seu parágrafo único, só determina competência quando realizada para o efeito de posterior concessão da fiança ou decretação da prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, vale dizer, quando antes dela (da distribuição) nenhum juiz já tenha (anteriormente) decretado a prisão preventiva, arbitrado uma fiança, conhecido de uma prisão em flagrante, ou decretado uma prisão temporária.*



13. Interpretando-se sistematicamente os artigos 75 e seu parágrafo único e 83 do CPP, só a uma conclusão viável e eficaz se pode chegar: a de que o JUIZ QUE EM PRIMEIRO LUGAR, antes, portanto, de distribuído o feito, já decretou uma prisão preventiva, já arbitrou uma fiança, já decretou ou chancelou uma prisão temporária, ou já conheceu de uma prisão em flagrante, é o COMPETENTE PARA A AÇÃO PENAL, sendo desnecessária a distribuição, já que esta (distribuição) só se justifica para a posterior prática dos atos acima mencionados.

14. E isso foi o que ocorreu no caso de que se cuida. O ilustre Juiz Federal da 2ª. Vara de PLANTÃO, portanto, muito antes da distribuição (esta só ocorre nos dias de expediente da Justiça) chancelou e convalidou as prisões temporárias (fls. 63/64) dos acusados neste inquérito, bem como homologou os demais flagrantes, conhecendo, assim, EM PRIMEIRO LUGAR, das prisões temporárias, ocorrendo a PREVENÇÃO determinadora de sua competência, que há de se perpetuar. Como Juiz Distribuidor, realizei a distribuição tão-somente porque assim determinada pelo MM. Juiz da 2ª. Vara às fls. 64, para posteriormente, como faço agora, proferir este despacho.

15. Retornem, pois, os autos ao MM. Juiz Federal da 2ª. Vara que, nos termos do art. 5º, LIII da CF/88 e do art. 83 do CPP é o competente por dependência/prevenção, porque em primeiro lugar ratificou as prisões temporárias, delas tomando conhecimento e chancelando-as antes de qualquer distribuição. Baixa na distribuição. Em caso semelhante (H.C. para trancar inquérito policial contra dirigente da UNIFOR), também determinei, com baixa na distribuição, ao MM. Juiz Federal da 7ª Vara que a acolheu e, ao que consta, até concedeu a ordem, o que bem revela que, há muito tempo, seja no âmbito administrativo, seja no judicial, tenho me posicionado pela competência do Juiz plantonista. Intime-se. Fortaleza, 27 de agosto de 1991. AGAPITO MACHADO Juiz Federal da 4ª Vara."

05. Como há muito tempo vinha questionando o problema de o Juiz plantonista se vincular ao feito penal, vale dizer, tornar preventiva a sua competência se ocorridas as hipóteses previstas em lei ( Art. 83 do CPP), conforme revelo no item 14 do despacho referido, procurei pessoalmente o Dr. Paulo de Tarso Vieira Ramos, eminente Juiz Federal da 2ª Vara e, na presença de vários outros Juízes Federais, concitei -lhe a não aceitar a competência por uma simples razão: era chegada a hora de, judicialmente, o eg. TRF da 5ª Região, antes por mim provocado administrativamente ter, finalmente, de se manifestar judicialmente sobre assunto de cunho eminentemente jurídico.

06. Suscitado, portanto, o conflito negativo, o eg. TRF da 5ª Região no CC. 58-CE, em que foi relator o Juiz Petrúcio Ferreira (2ª Turma, unan. 04.09.91, pub. 29.11.91, pg. 30528) manteve a competência desta 4ª Vara. A referida decisão, o que é uma pena, cita apenas o item IV do Provimento 194/79 do CJF do extinto TFR e art. 3º da Instrução Normativa nº 04/90-CGJ/TRF, 5ª Região e algumas decisões cíveis (CC-007-PE, CC-10-PE, CC-011-PE', CC- 16-PE, CC-20-PE) e apenas uma (1) penal, ainda assim, proferida pelo extinto TFR, sem, contudo tratar (o eg. TRF, da 5ª Região), com a profundidade que o caso exigia, o problema da competência penal, vale dizer, se um provimento de um Tribunal pode revogar uma lei (art.83 do CPP) ou mesmo a Constituição Federal (art. 5º, LIII).

07. A Seção Judiciária do Ceará, através dos Juízes da 2ª e 4ª Varas, procurou fazer o que fez um jovem juiz francês, cujo procedimento está referido in "A Voz da Toga", por ELIEZER ROSA "verbis" :

"E aqui vai um conselho da experiência : não tenha o juiz a Lei de cor. Se à força de manejar seu código chegar a decorar seus textos, busque esquecer. Sempre que tiver de aplicar uma lei, abra o código e leia o texto que entende aplicável. Leia-o em momentos diversos, em horas diferentes. Dessa leitura pode surgir inesperadamente uma

*nova interpretação benéfica. Durante mais de meio século os tribunais franceses leram o art. 1.382, do Código de Napoleão e o aplicavam tal como lhes soava sua letra. Um grave acidente que vitimou um grande número de operários que ficariam ao desamparo de uma necessária indenização, segundo a doutrina tirada do dito texto, levou um Juiz estudioso a uma leitura do revelho artigo. E sem mudar uma só palavra do anoso texto, levou ao seu Tribunal uma leitura nova, uma inteligência nova daquele versículo legal. Nesse dia, nasceu para o mundo ocidental a teoria da responsabilidade sem culpa (AGAPITO MACHADO, Delito de Sonegação Fiscal - Primariedade - Prescrição. Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados. vol. 80, pág. 73).*

*08. Decidindo a 2ª Turma do eg. TRF da 5ª Região, composta dos Juízes Petrúcio Ferreira, Nereu Santos e Lázaro Guimarães, que a competência é da 4ª Vara (e não da 2ª, a plantonista), em nada muda o meu ponto de vista jurídico quanto à competência do juiz plantonista, em matéria penal (não confundir com cível), em face da Lei (art. 83 do CPP) e da Constituição Federal (art.5º, LIII). Todavia, como magistrado, subordinado à decisão concreta da segunda instância, vale dizer, somente neste caso, tenho-me como competente, motivo pelo qual processei este feito e agora o estou julgando (CF.art.5º, LIII) este feito".*

Afora o TRF da 5ª Região entendendo que o Juiz plantonista não se vincula à ação penal, há também uma decisão proferida no HC 03043283, pelo TRF da 3ª Região, em que foi Relatora a Juíza Diva Malerbni, constante do CD sobre a Jurisprudência dos TRF's, 13ª edição e também uma outra do STJ, esta, entendendo que o plantão não dispensa a ulterior distribuição com vistas à fixação da competência Rel. Min. Assis Toledo, RTJ 02/118, ART. 539/381, DJ 22.10.90, pg. 11671.

Insisto em que na Justiça Federal, notadamente na Seção Judiciária do Ceará, em matéria criminal, o Juiz Plantonista que se antecipar em atos como decretação de prisão preventiva e/ou temporária, arbitramento de fiança, qualquer diligência que dependa de autorização judicial tais como violação de domicílio,

do sigilo bancário e da comunicação telefônica, entre outros, é o competente, *sendo desnecessária uma posterior distribuição*, pelas seguintes razões:

a) afora a regra contida no art. 85, o CPP dispõe ainda em seu art.75 que " a precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente". E no seu parágrafo único prescreve também que "a distribuição realizada para o efeito de concessão de fiança ou de decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa prevenirá a da ação penal", o que deixa claro que *haverá*, nessas circunstâncias excepcionais, *uma prévia distribuição para o só efeito de concessão de fiança ou de decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência*;

b) na Seção Judiciária do Ceará, anualmente, se reúnem todos os 13 (treze) atuais Juízes, realizam um **sorteio**, e destarte, cada mês já se sabe, *previamente*, qual o Juiz que será não só o *plantonista como o distribuidor*, fato comunicado ao Tribunal, aos Advogados através da OAB-CE, à Polícia Federal e demais usuários dos serviços federais.

c) Destarte, *em matéria criminal*, é desnecessário que o Juiz plantonista, nessa qualidade, após a concessão de fiança, de decretação de prisão preventiva/temporária, de buscas domiciliares, de quebras de sigilos bancários e telefônicos ou qualquer diligência, mande distribuir aquele processo. *Ele (plantonista) previamente e sem violação ao juízo natural é o distribuidor e portanto o único competente para aquela ação penal, ocorrendo assim a perpetuação da sua jurisdição*.

Trata, a situação acima referida, de uma hipótese de competência por prevenção (Júlio Fabbrini Mirabete, in Cod. de Processo Penal Anotado, Interpretado, referências doutrinárias, indicações legais, resenha jurisprudencial Editora Atlas, 1994, pg.139) e ainda " *a prática desses atos* (decretação de prisão preventiva, a concessão de fiança, o reconhecimento de pessoas ou coisas, qualquer diligência que dependa de autorização judicial como violação de domicílio, do sigilo bancário, da comunicação

telefônica em que há uma carga decisória, tomando o juiz conhecimento formal do ato) *impede a posterior distribuição dos autos*" (Mirabete, op. cit. pg. 146).

O próprio STJ admite que sejam capazes de determinar a competência por prevenção, os atos em que "há carga decisória, ou seja, há que ser capaz de demonstrar já ter o magistrado conhecimento do fato incriminado (CComp. 650, 3ª Seção, DJU, 27.11.89, pg.17563, in Cod. Proc. Penal Anotado. Damásio de Jesus, Editora Saraiva, 1993, pg.97).

O festejado Vicente Greco Filho em seu Manual de Processo Penal, Editora Saraiva, 1991, pg. 141, ao tratar "*Da prevenção e da perpetuatio jurisdictionis*" afirma também que "No processo penal, considera-se preventivo o juiz que praticar qualquer ato relativo à infração, ainda que anterior à denúncia ou queixa, como por exemplo o pedido de concessão de fiança, de decretação de prisão preventiva, de diligência que dependa de autorização judicial, como a incomunicabilidade do preso, a requisição de informações de estabelecimentos bancários ou a busca domiciliar. No caso de existir na comarca mais de uma vara com a mesma competência, a *distribuição para um desses efeitos já vale como distribuição para a futura eventual ação penal, prevenindo a competência.*"

*A conclusão a que se pode chegar a respeito desse assunto é a de que na Justiça Federal do Ceará, em face de sorteio anual no qual todos podem participar, inclusive OAB e o MPF, um Juiz Federal, em cada mês, é previamente plantonista e distribuidor ao mesmo tempo. Destarte, de plantão, ao ter de adotar providências penais com conteúdo decisório (prisão em flagrante, preventiva, arbitrar fiança, autorizar quebra dos sigilos bancários e telefônicos etc), previamente já é o competente, porque distribuidor natural, sendo desnecessário mandar os autos à uma outra distribuição porque ele é o Juiz a quem o pedido já foi primeiro distribuído, perpetuando-se em sua jurisdição, e com isso até mesmo evitar possíveis alegações de nulidades, embora relativas.*

Hoje, já beirando o ano 2.000, não tenho razões para mudar o meu modesto entendimento, baseado na melhor doutrina de que o

*Juiz federal plantonista e distribuidor*, que se antecipa na prática de atos como decretação de prisão preventiva, temporária, arbitramento de fiança, quebra dos sigilos bancários e telefônicos entre outros, *se vincula* ao processo na forma dos arts. 75 e 83 do CPP, sem necessidade de mandar distribuir os autos posteriormente.

A Justiça Federal de 2º grau, continua insistindo que o Juiz Federal de plantão, ainda que pratique atos como decretação de prisão preventiva, temporária, arbitramento de fiança, quebra dos sigilos bancários e telefônicos, entre outros, não se vincula ao feito criminal, e também insistindo em manter em sua estrutura, *Varas de Execução Penal*, quando o STJ, que foi criado para uniformizar a jurisprudência federal e estadual, já dispôs em sua Súmula 192 que "competete ao Juízo das Execuções Penais do *Estado* a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à Administração Estadual".

Se se quer que as decisões condenatórias *das Justças Federal, Militar e Eleitoral* sejam cumpridas sob o comando dos Juízes Federais, que se criem presídios federais.

Como construir presídios, mormente federais, não dá votos, o *Juiz da execução penal é o Juiz Estadual (Lei nº 7.210/84)*.